



## ESTADO DA ARTE SOBRE AUTISMO E EDUCAÇÃO INTEGRADA

Gláucia Tomaz Marques Pereira<sup>1</sup>

Wanderley Azevedo de Brito<sup>2</sup>

### Resumo

O estudo teórico parte da promulgação da Lei 12.764/12 e tem como objetivo fazer o estado da arte sobre o que tem sido investigado sobre autismo e educação nos últimos seis anos de publicação científica. Os descritores utilizados foram autismo e educação; autismo e ensino; autismo e inclusão; autismo e emancipação; autismo e omnilateralidade; autismo e educação integrada; e, autismo e ensino integrado. Dos 176 artigos encontrados, foram selecionados 70, os quais nenhum pautou sobre educação integrada, omnilateral ou sobre emancipação. O estudo revela a necessidade de capacitação de professor/educadores para autistas e que a educação da pessoa com autismo se faz a partir de metodologias de ensino e pedagógicas que possibilitem contribuições de múltiplas áreas do conhecimento. A inexistência de estudos sobre autismo e educação integral e emancipadora levanta questionamentos sobre a realidade dos processos de inclusão educacional e as possibilidades de inserção desses estudantes no mundo do trabalho.

**Palavras-chave:** Transtorno de Espectro Autista; Formação Integrada.

### Abstract

The theoretical study starts from the enactment of Law 12.764 / 12 and aims to make the state of the art about what has been investigated about autism and education in the last six years of scientific publication. The descriptors used were autism and education; autism and teaching; autism and inclusion; autism and emancipation; autism and omnilaterality; autism and integrated education; and, autism and integrated teaching. Of the 176 articles found, 70 were selected, none of which focused on integrated, omnilateral or emancipation education. The study reveals the need for training of teachers / educators for autistics and that the education of the person with autism is based on teaching and pedagogical methodologies that allow contributions from multiple areas of knowledge. The lack of studies on autism and integral and emancipatory education raises questions about the reality of the processes of educational inclusion and the possibilities of insertion of these students into the world of work.

<sup>1</sup> Mestranda no programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Ciência Educação e Tecnologia de Goiás. [gltomazmt@hotmail.com](mailto:gltomazmt@hotmail.com)

<sup>2</sup> Doutor e Professor do programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Ciência Educação e Tecnologia de Goiás. [britoaw@yahoo.com.br](mailto:britoaw@yahoo.com.br)



**Keywords:** Autism Spectrum Disorder; Integrated Training.

## **Introdução**

O autismo e a educação apresentam um cenário de grande discussão teórica e científica visto que, no Transtorno do Espectro Autista (TEA) as alterações comportamentais e comunicacionais podem ocasionar déficits nas aquisições acadêmicas. Portanto, é fundamental entender como a natureza e as características do transtorno podem influenciar todo o ambiente escolar, desde os espaços físicos até as pessoas que trabalham com a educação de autistas. Nesse processo, embora a relação professor-aluno seja uma temática que surge em muitos trabalhos científicos<sup>3</sup>, pouco se discute sobre como tem sido construído o currículo integrado com vistas à emancipação humana, visto que para pessoa com necessidade específica pensar sobre o currículo e as práticas pedagógicas são fundamentais para inclusão de fato. Estas questões nos levam a repensar a educação de autistas, o seu processo de inclusão social e a sua inserção no mundo do trabalho.

Para abertura de um espaço de discussão, produção científica, reconhecimento, educação de qualidade e busca para o diagnóstico precoce, é muito importante que o TEA seja divulgado na sociedade, e isso se dá a partir do entendimento sobre a natureza, as características e particularidades do transtorno e como pode ser feita a inclusão de fato, que na atualidade tem sido realizada pela mobilização de pais e associações criadas em todo país para divulgar o autismo e lutar pelos direitos das pessoas nessa condição. A luta de pais, professores e profissionais das áreas da saúde e da educação tem aberto possibilidades de maior conhecimento sobre o TEA, visto que este é um tema de debate necessário nos centros acadêmicos, pois, como dito anteriormente, a inclusão educacional ocorre quando o processo de construção de conhecimento acontece realmente.

A referência de luta para alcançar inclusão e reconhecimento no âmbito nacional se deu a partir da mobilização de Berenice Piana, além de outros pais e amigos dos autistas

---

<sup>3</sup> Ver tabela 3



que se uniram a ela em prol de fomentar a criação de uma lei que possibilitasse a Política Nacional de Proteção aos Direitos da Pessoa com TEA.

É importante ressaltar que a luta por direitos e políticas públicas no Brasil muitas vezes é morosa e complexa e em geral acontece a partir de uma mobilização social, que parte tanto de propostas isoladas quanto de lutas de coletivos ou instituições sociais. Essa situação nos remete à reflexão sobre a escolarização de pessoas com deficiência, pois tanto os grupos rechaçados pelo sistema escolar dominado por determinados setores da sociedade, quanto as pessoas excluídas pela sua condição biopsicossocial, passam por inúmeros desafios, sendo que as políticas públicas para a inclusão são recentes e em constante processo de reestruturação. Adequar a escola para um ensino inclusivo é um desafio, pois há necessidade tanto de investimentos públicos quanto de capacitação profissional.

Todavia, a sociedade necessita conhecer e reconhecer o que é inclusão educacional: o *conhecimento* devido ao pouco acesso e à informação necessária para a inclusão social e o *reconhecimento* compreende redescoberta, modificação, transformação da realidade, pois à medida em que a ciência e a tecnologia se desenvolvem, os sistemas educativos necessitam reestruturar o ensino para que ele seja realmente inclusivo. Em busca de uma luta contra hegemônica para uma educação de qualidade, isto é, uma educação como direito de todos (RAMOS, 2008).

Nesse contexto, é necessário ampliar a visão e compreender a educação de pessoas com TEA na perspectiva da emancipação humana, pois, a lei vigente tem por objetivo que esses estudantes alcancem o seu espaço na sociedade, e para isso é necessário rever o modelo de ensino vigente, de modo a possibilitar a construção de um currículo integrado, capaz de criar as condições necessárias para a inclusão social e a inserção desses sujeitos no mundo do trabalho.

Desta forma, para além de lutas familiares ou organizações específicas é preciso ampliar as discussões e a mobilização sobre a educação de autistas, sobretudo a partir do estímulo aos estudos em espaços acadêmicos-científicos.



## 1. Revisão Bibliográfica

A incidência de autismo tem crescido sobremaneira nos últimos anos. De acordo com a rede *Autism and Developmental Disabilities Monitoring*<sup>4</sup> (ADDM) do *Centers for Disease Control and Prevention*<sup>5</sup> (CDC), em pesquisa realizada no período de 2000 a 2012, foram identificados inicialmente a estimativa de 1 a cada 150 nascidos. Contudo, em 2012, a estimativa já era de 1 a cada 68 crianças com o TEA e a 1 a cada 42 nascidos são meninos e 1 a cada 189 são meninas, sendo a média 4,5 meninos. (CHRISTENSEN *et al*, 2012).

Esses dados representam a necessidade urgente de discutir sobre o autismo em vários campos do conhecimento. O tratamento para o autista é multidisciplinar, ou seja, várias áreas de conhecimentos devem se unir para delinear uma terapêutica que irá perpassar as dificuldades específicas do transtorno. Portanto, é necessário que os profissionais estejam seguindo a mesma linha de intervenção e atenção à saúde do autista para que os resultados possibilitem a independência, habilidades educativas, sociais, possibilitando que a pessoa com TEA possa galgar independência total.

O crescimento dos estudos sobre o TEA é recente e o diagnóstico precoce ainda é um desafio para os especialistas, sendo que há casos de autistas que não foram diagnosticados na infância, passando por dificuldades no âmbito social e educacional sem ter nomeado as suas dificuldades. Esse fator é importante, pois as informações sobre os níveis de autismo permitem a compreensão de que muitos autistas podem estar nas escolas ou instituições de ensino, sem estar, portanto, diagnosticado.

Baptista e Bosa (2002) relatam sobre o desafio do diagnóstico, pois o novo aprendente será inserido em uma sala já constituída e o ensinante se angustia buscando ferramentas para a inclusão. “Na prática, receber esse novo aprendente, como integrá-lo à sala

---

<sup>4</sup> Monitoramento do desenvolvimento de deficiências e autismo (tradução da autora)

<sup>5</sup> Centros de Controle e Prevenção de Doenças (tradução da autora)



de aula, e sobretudo, como transmitir a ele (...) o que se transmite com inúmeras dificuldades aos aprendentes antigos” (BAPTISTA & BOSA, 2002, p. 74).

O TEA refere-se a uma série de alterações no desenvolvimento, de causa multifatorial, sendo uma delas a incidência genética. As características principais da pessoa com TEA são o prejuízo na comunicação e o comportamento restrito e estereotipado. Esses prejuízos se apresentam de forma e grau diferentes, sendo que cada autista apresenta suas particularidades e avarias nas áreas motoras, acadêmicas e cognição<sup>6</sup> (APA, 2014).

As alterações cognitivas podem prejudicar as habilidades escolares, principalmente em casos de níveis graves de comportamento, sendo necessária intervenção multiprofissional para auxiliar a que o autista apresente melhor desempenho na aprendizagem escolar. Considerando os fatores supracitados, para o professor é importante responder algumas questões: qual a motivação do aluno? Quais seus pontos de interesse? O aluno finaliza sua atividade? O que fazer para aumentar a capacidade de atenção? Qual sua participação em grupo? O aluno tem autonomia e se comunica? Constitui amizades? Como se apresenta os aspectos motores? E na matemática, o que sabe? O que se percebe em seu processo de leitura e escrita? Organiza o material escolar? Essas questões trazidas por Cunha (2013) podem ser solucionadas por meio de atividades que utilizam o lúdico, música, desenho, pintura, jogos, brinquedos, colagens, recortes, atividades pedagógicas em grupo, raciocínio lógico e tecnologias digitais (pp. 63-95).

Para tanto, a pessoa com TEA tem direitos garantidos por lei que possibilitam maior integração social. Segundo Cunha (2013, p. 16), a publicação da lei possibilita que, dentre vários benefícios, seja considerado como uma deficiência, “milhares de pessoas com o transtorno terão direito ao atendimento especializado na educação”.

Do ponto de vista normativo, a Lei 12.764/12 (Lei Berenice Piana) representa um avanço das políticas públicas inclusivas para as pessoas com o Transtorno do Espectro Autista. A partir de sua promulgação, as pessoas com TEA passam a gozar dos mesmos direitos das outras pessoas com deficiência, garantido pelo § 2º, Art. 1º,

---

<sup>6</sup> A cognição compreende as áreas da percepção, atenção, associação, memória, raciocínio, juízo, imaginação, pensamento e linguagem.



da referida lei, o qual estabelece que “A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais” (Brasil, 2012, p. 1). Este dispositivo garante direitos essenciais à vida desses indivíduos, como o acesso à educação, à moradia, ao mercado de trabalho, à previdência e assistência social, dentre outros (ANA & SANTOS, 2015, p. 11)

São direitos da pessoa com TEA vida digna, integridade, proteção, segurança, lazer, acesso a saúde, diagnóstico precoce, atendimento multiprofissional, nutrição adequado, medicamentos, informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento, *educação* e ao *ensino profissionalizante* (grifo nosso), moradia, mercado de trabalho e assistência social (BRASIL, 2012). É importante salientar que como referido nesse aporte teórico, a educação e o atendimento multiprofissional é direito da pessoa com autismo, sendo assim, a educação, como papel fundante do ser humano atípico ou neurotípico deve ser completa e um caminho para inclusão e integração social.

Outrossim, é importante pensar sobre qual escola espera-se para a pessoa com necessidade específica? É eminente refletir que sistemas políticos e econômicos interferem na inserção desse discente no processo inclusivo, visto que tanto as leis, quanto os financiamentos são fundamentais para possibilitar formação de professores, adequação de espaço físico e investimentos em tecnologias que os auxiliem o processo de ensino-aprendizagem. Por isso, é necessário pensar sobre qual visão espera-se para a sociedade que está sendo educada. Segundo Ramos (2008, p. 1), a educação deve ter como base a inclusão, o reconhecimento das diversidades, a valorização dos sujeitos e a capacidade de produção da vida, com objetivo de alcançar uma sociedade “justa e integradora”.

Para a autora, a história da educação é pautada na dualidade entre a formação dos que não possuem condições para investimento educacional opondo-se aos grupos que “dão orientação e direção à sociedade” (idem, p. 2). Portanto, afirma ainda que os pilares conceituais de uma educação integrada se baseiam em uma “escola que não seja dual, ao contrário, seja unitária, garantindo a todos o direito ao conhecimento. E uma educação politécnica, que possibilita o acesso à cultura, a ciência, ao trabalho, por meio de uma educação básica e profissional” (idem).



Ciavatta (2005) e Ramos (2008) apresentam pressupostos importantes para a formação integrada, desses realizamos uma aproximação com as necessidades inclusivas, visto que, tanto para classes sociais dos proletários, quanto para os deficientes ou pessoas com necessidades específicas são lhes negados os direitos.

Sendo assim, segundo Ciavatta (2005), a formação integrada é um projeto social, onde as instâncias governamentais, escolas e professores se manifestem para uma educação que possa romper com a visão apenas de produção econômica. Portanto, é necessário manter leis que articulem o ensino médio de formação geral e a educação profissional, possibilitar que professores e gestores possam aderir à formação geral e específica, promover articulação entre instituição, alunos e familiares, e aqui, acrescento, a necessidade pungente da participação da família na formação da pessoa com necessidade específica e/ou deficiência, possibilitar fomentar uma experiência coletiva de democracia e participação na formação integrada e garantir investimentos na educação.

Ciavatta (2005) reflete que “não se faz boa educação, e nenhum país oferece aos seus cidadãos bons serviços sociais sem uma opção clara pela garantia dos investimentos que permitam a oferta pública e gratuita dos mesmos (p. 16).

## **2. Metodologia**

Este estudo trata-se de pesquisa bibliográfica cujo objetivo proposto foi realizar o estado da arte sobre autismo e educação nos últimos seis anos de publicação científica, pós aprovação da Lei Berenice 12.764/12. O mesmo faz parte de uma das etapas do estudo de revisão de literatura sobre inclusão e o TEA do mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica de Goiás. A coleta das informações foi realizada nas bases de dados da ANPEd<sup>7</sup> (Associação Nacional de Pós-

---

<sup>7</sup> <http://www.anped.org.br/>



Graduação e Pesquisa em Educação), BVS<sup>8</sup> (Biblioteca Virtual de Saúde) e CAPES<sup>9</sup> (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Os descritores utilizados, conforme relevância com a temática do estudo, foram autismo e educação; autismo e ensino; autismo e inclusão; autismo e emancipação; autismo e omnilateralidade; autismo e educação integrada; e autismo e ensino integrado, correlatos e separados. Os critérios de inclusão foram artigos publicados nos anos de 2012 a 2018, na língua portuguesa e desenvolvidos no Brasil, relacionados à temática proposta e considerando a multidisciplinaridade da educação e do autismo. Os critérios de exclusão foram textos incompletos, em língua estrangeira e/ou não desenvolvidos no Brasil e cuja temática não se adequasse aos critérios estabelecidos.

### 3. Resultados da pesquisa

Foram encontrados 176 artigos, sendo 141 na base de dados da CAPES, 30 na BVS e 5 na ANPED (Tabela 1).

Tabela 1: Artigos encontrados por descritores

<b>ESTRATÉGIA</b>	<b>CAPES</b>	<b>BVS</b>	<b>ANPED</b>	<b>Total</b>
(Autismo AND Educação) OR (Autismo AND Inclusão) OR (Autismo AND Ensino)	141	30	5	176
Autismo AND Emancipação	0	0	0	0
Autismo AND Omnilateralidade	0	0	0	0
Autismo AND Educação integrada	0	0	0	0
Autismo AND Ensino integrado	0	0	0	0
<b>TOTAL GERAL</b>				<b>176</b>

<sup>8</sup> As bases de dados da BVS (<http://brasil.bvs.br/>) são as seguintes: MEDLINE, LILACS, Index Psicologia, LIS, BDNF, Coleção SUS, HomeoIndex, BBO, Sec. Est. Saúde SP, Sec. Munic. Saúde SP.

<sup>9</sup> As bases de dados da CAPES (<http://www.periodicos.capes.gov.br/>) incluem Scielo Brazil, Web of Science, Science Direct, OneFile (GALE), Pubmed (Medline), Wiley Online e Springer



Fonte: Elaborada pela autora

Após a leitura dos títulos e resumos dos artigos, notou-se que alguns deles não correspondiam aos critérios estabelecidos, por apresentarem temáticas relacionadas à intervenção, análise de filme e instituição psiquiátrica, esquizofrenia, diagnóstico precoce, família, adoção, desenvolvimento infantil, bebês e desenvolvimento, brincar e atividades lúdicas, avaliação audiológica, deficiência auditiva, deficiência intelectual, alimentação, obesidade, treino motor, vacina, função executiva, tradução de escala de avaliação, aplicação de testes e protocolos de avaliação, política e saúde, equipes de saúde, sociologia, textos incompletos, pesquisa desenvolvida em outros países, entre outros. Além do mais, foram comparados artigos que se repetiam nas bases de dados pesquisadas e foram encontrados apenas 7 artigos repetidos, sendo 6 na mesma base de dados e 1 em bases de dados diferentes. Sendo assim, foram selecionados 70 artigos, sendo 52 na CAPES, 17 na BVS e 1 na ANPED, conforme Tabela 2 e Quadro 1.

Tabela 2: Artigos encontrados por bases de dados

ESTRATÉGIA	INCLUÍDOS	EXCLUÍDOS
CAPEs	52	89
BVS	17	13
ANPED	1	4
<b>TOTAL</b>	<b>70</b>	<b>106</b>

Fonte: Elaborada pela autora

Quadro 1: Artigos selecionados – título e referência

BVS	
TÍTULO	REFERÊNCIA
Avaliação de funcionalidade em atividades e participação de alunos com TEA	Rev. Psicopedagogia 2014; v. 31, n. 94, p. 3-10
Acompanhamento Terapêutico Escolar e Autismo: Caminhos para a Emergência do Sujeito	Estilos clin., São Paulo, v. 20, n. 3, p. 520-534, set./dez. 2015
A inclusão escolar nas autobiografias de autistas	Revista Quadr da ABPEE, SP. v 19, n. 3, p. 485-492, 2015
Competência Social, Inclusão Escolar e Autismo: Um Estudo de Caso Comparativo	Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 28, n. 3, pp. 315-324, Jul-Set 2012
A perspectiva de professores quanto ao trabalho com crianças com autismo	Audiology Communication Research, v. 19, n. 2, p. 171-8, 2014
Autismo e inclusão na educação infantil: Crenças e autoeficácia da educadora	Estudos de Psicologia, v. 20, n. 3, p. 173-183, jul/set. 2015
Contribuições da Terapia Ocupacional para a inclusão escolar de	Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 21, n. 3, p.



crianças com autismo	601-608, 2013
Análise de Sistema de Comunic. Altern. no Ensino de Requisitar por Autistas	Psic. da Ed., São Paulo, 42, pp. 23-33, 1º sem. de 2016,
Análise institucional do discurso de professores de alunos diagnosticados como autistas em inclusão escolar	Psicologia: teoria e prática, v. 14, n. 1, p. 70-83, 2012
Medicalização e Controle na Educação: O Autismo como Analisador das Práticas Inclusivas	Psic. da Ed., São Paulo, 41, pp. 109-117, 2º sem. de 2015
O estigma da mente: transformando o medo em conhecimento	Rev. Psicopedagogia, n. 33, v. 100, p. 103-9, 2016
Uma narrativa oral em uma oficina terapêutica: um rastro de alteridade	Estilos clin., São Paulo, v. 20, n. 1, p.134-150, jan./abr. 2015
Comunicação por troca de figuras e relações condicionais com estudantes com autismo	Psic. da Ed., São Paulo, 47, 2º sem. de 2018, pp. 11-20.
Estado da arte da produção sobre escolarização de crianças diagnosticadas com TEA	Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 22, Número 3, Setembro/Dezembro de 2018, pp: 545-555.
Expectativa de profissionais da saúde e de psicopedagogos sobre aprendizagem e inclusão escolar de indivíduos com transtorno do espectro autista	Rev. Psicopedagogia, vol. 35, número, 106, 2018, pp: 3-13
Estudo de Caso sobre Atividades Desenvolvidas para um Aluno com Autismo no Ensino Fundamental I	Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.24, n.1, p.45-58, Jan.-Mar., 2018
Caracterização das matrículas dos alunos com Transtorno do Espectro do Autismo por regiões brasileiras	Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.24, n.4, p.465-482, Out.-Dez., 2018
<b>CAPES</b>	
<b>TÍTULO</b>	<b>REFERÊNCIA</b>
A inclusão escolar de um aluno com autismo: diferentes tempos de escuta, intervenção e aprendizagens	Rev. Educ. Espec., Santa Maria, v. 25, n. 42, p. 43-56, jan./abr. 2012
A inclusão de crianças com TEA através de atividade compartilhada com seus pares	Revista Educação Especial, v. 26, n. 47, p. 507-522, set./dez. 2013
A inclusão dos usuários com Transtorno de Espectro Autista pela prática do letramento informacional na biblioteca escolar	Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 92-106, dez./mar., 2018.
A deficiência em foco nos currículos de graduação da UFRN: uma abordagem histórica (1960-2015)	Holos, Ano 32, v. 2, 2016
A Comunicação Alternativa para além das Tecnologias Assistivas	Arquivos Analíticos de Políticas Educativas v. 22, n. 83, 2014
A Produção Científica Brasileira sobre Autismo na Psicol. e na Educação	Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 31 n. 3, pp. 303-309, 2015
A tecnologia assistiva SCALA como recurso para produção de narrativas e registro de dados nas pesquisas em educação	Revista Ibero-Americana de Est. em Educ., v. 12, n. esp. 2, p. 1481-1495, ago./2017.
As Contribuições do Uso da Comunicação Alternativa no Processo de Inclusão Escolar de um Aluno com TEA	Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 22, n. 3, p. 351-366, Jul.-Set., 2016
Alunos com autismo: um estudo dos tempos e dos espaços de escolarização	Revista Pedagógica, v.19, n. 40, jan./abr. 2017
Atividades lúdicas no meio aquático: possibilidades para a inclusão	Porto Alegre, v. 19, n. 02, p. 103-122, abr/jun de 2013.
Autismo e a Pré-História da Linguagem Escrita	JRSN, v. 16, n. s1, p. 241-245, 2016
Autismo e inclusão na educação infantil: Crenças e autoeficácia da educadora	Estudos de Psicologia, v. 20, n. 3, p. 173-183, jul/set. 2015
Autismo e políticas públicas de inclusão no Brasil	JRSN, v. 16, n. s1, p. 246-250, 2016
Autismo: a educação infantil como cenário de intervenção	Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, v. 22, n. 84, 2014
Categorias de necessidades educacionais especiais enquanto predictoras de déficits em habilidades sociais na infância	Psychology/Psicologia Reflexão e Crítica, v. 27, n. 4, p. 658-669, 2014
Capacitação de Agentes Educacionais: Proposta de Desenvolvimento de Estratégias Inclusivas	Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 20, n. 3, p. 371-386, Jul.-Set., 2014



Comportamentos de Crianças do Espectro do Autismo com seus Pais no Contexto de Educação Musical	Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 21, n. 1, p. 93-110, jan./mar, 2015
Comunicação e TEA: análise do conhecimento de professores em fases pré e pós-intervenção	Revista CEFAC v. 16, n. 2, p. 479-486, mar/abr. 2014
Conhecimentos e Necessidades dos Professores em Relação aos TEA	Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 20, n. 1, p. 103-116, 2014
Deficiência e linguagem cinematográfica	JRSEN, v. 16, n. s1, p. 351-354, 2016
Desvendando o autismo e a educação	Macapá, v. 6, n. 2, p. 33-41, maio/ago. 2016
Dificuldades e sucessos de professores de educação física em relação à inclusão escolar	Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 22, n. 1, p. 49-64, jan./mar. 2016
Direito à educação das pessoas com TEA	JRSEN, v. 16, n. s1, 2016 383-388
Educação do autista no ensino regular: um desafio à prática pedagógica	Nucleus, v. 11, n. 2, out. 2014
Escolarização de Alunos com Autismo	Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 22, n. 2, p. 269-284, 2016
Envolvimento parental e a inclusão de alunos com autismo	Acta Scientiarum. Education v. 39, n. 2, p. 207-214, 2017
Ensino de Sílabas Simples, Leitura Combinatória e Leitura com Compreensão para Aprendizes com Autismo	Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 22, n. 2, p. 233-252, abr./jun, 2016
Educação física adaptada: uma prática terapêutica	JRSEN, v. 16, n. s1, p. 412-416, 2016
Familiares de crianças e adolescentes com autismo: percepções do contexto escolar	Revista Educação Especial, v. 28, n. 52, p. 429-442, maio/ago. 2015
Escolarização de Pessoas com TEA a partir da Análise da Produção Científica Disponível na SciELO Brasil (2005-2015)	Arquivos Analíticos de Políticas Educativas v. 24, n. 125, 2017
Escolarização formal e dimensões curriculares para alunos com autismo: o estado da arte da produção acadêmica Brasil.	Educação em Revista Belo Horizonte, v. 30, n. 02, p. 43-70, abr./jun., 2014
Experiências de comunicação alternativa: alunos com autismo	JRSEN, v. 16, n. s1, p. 502-505, 2016
Formação de Professores em Comunic. Alternat. para crianças com TEA	Revista Educação Especial, v. 26, n. 47, p. 619-638, 2013
Inclusão educacional de pessoas com Autismo no Brasil	Revista Educação Especial, v. 26, n. 47, p. 557-572, 2013
Habilidades funcionais de crianças com deficiências em inclusão escolar – barreiras para uma inclusão efetiva	Ciência & Saúde Coletiva, v. 18, n. 10, p. 3023-3031, 2013
Impactos de um documentário sobre o cotidiano de mães e filhos com deficiência: uma análise de cine debates	Ciência & Saúde Coletiva, v. 21, n. 10, p. 3071-3080, 2016
Interações comunicativas entre uma professora e um aluno com autismo na escola comum	Educ. Pesqui., São Paulo, v. 40, n. 1, p. 143-161, jan./mar. 2014.
Inclusão de crianças autistas: um estudo sobre interações sociais no contexto escolar	Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 20, n. 1, p. 117-130, jan./mar. 2014
Habilidades sociais de crianças com diferentes NEE	Avances en Psic. Latinoamer., v. 31, n. 2, pp. 344-362, 2013
O autista e sua inclusão nas escolas particulares da cidade de Teresina-PI	Revista Educação Especial, v. 28, n. 53, p. 677-690, 2015
O perigo da supervalorização do diagnóstico: rótulos introdutórios ao fracasso escolar de crianças com autismo	Revista Eletrônica Gestão & Saúde, v. 04, n. 01, p. 1419-14229, 2013
Núcleo de Educação Terapêutica: um espaço de invenção na clínica com crianças psicóticas	Rev. Latinoam. Psicopat. Fund., São Paulo, v. 19, n. 2, p. 259-274, jun. 2016
Necessidades de assistência à criança com deficiência - Uso do Inventário de Avaliação Pediátrica de Incapacidade	Rev Paul Pediatr. v. 34, n. 4, p. 447-453, 2016
O brincar como elemento de inclusão escolar de crianças caracterizadas com transtornos do espectro autista (TEA)	Interfaces da Educ., Paranaíba, v.7, n.19, p.48-65, 2016.
Produção de conhecimento sobre autismo na escola: uma revisão sistemática na base Scielo	Cinergis, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 1, p. 68-73, jan./mar. 2016

Processos de Leitura em Educandos com Autismo: um Estudo de Revisão	Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 22, n. 4, p. 619-632, 2016
Práticas pedagógicas com autistas: ampliando possibilidades	JRSEN, v. 16, n. s1, 2016 884-888
Tecnologias móveis na inclusão escolar e digital de estudantes com TEA	Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 21, n. 4, p. 349-366, 2015
Representações sociais de professores sobre o autismo infantil	Psicologia & Sociedade; v. 24, n. 2, p. 364-372, 2012
Relatos de pais de crianças com autismo sobre a rede de apoio formal: aspectos da elaboração parental do diagnóstico	Revista Educação Especial, v. 26, n. 47, p. 651-664, set./dez. 2013, Santa Maria
Temple Grandin e o autismo: uma análise do filme	Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.18, n.2, p. 179-194, 2012
Psicologia e educação inclusiva: ensino, aprendizagem e desenvolvimento de alunos com transtornos	Acta Scientiarum. Education Maringá, v. 38, n. 1, p. 51-59, jan./mar. 2016
<b>ANPED</b>	
<b>TÍTULO</b>	<b>REFERÊNCIA</b>
Investigando a qualidade da inclusão de alunos com autismo nos anos iniciais	37ª Reunião Nacional da ANPED – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis

Fonte: Elaborada pela autora

O cenário do autismo no mundo, conforme dados apresentados pelo Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC), é de crescimento em relação à incidência de nascimento de pessoas com TEA a cada ano. Contudo, as publicações científicas não tem acompanhado esse crescimento. O número de publicações sobre o autismo<sup>10</sup> das bases de dados BVS, CAPES e ANPED nos últimos cinco anos, apresentaram na média uma queda de 73,589% na BVS (1045 artigos publicados em 2012 e 276 em 2018), 56,419% na CAPES (374 artigos publicados em 2012 e 163 em 2018) e 50% na ANPED (2 artigos publicados em 2015 e 1 artigo publicado em 2016). Ver Gráfico abaixo:

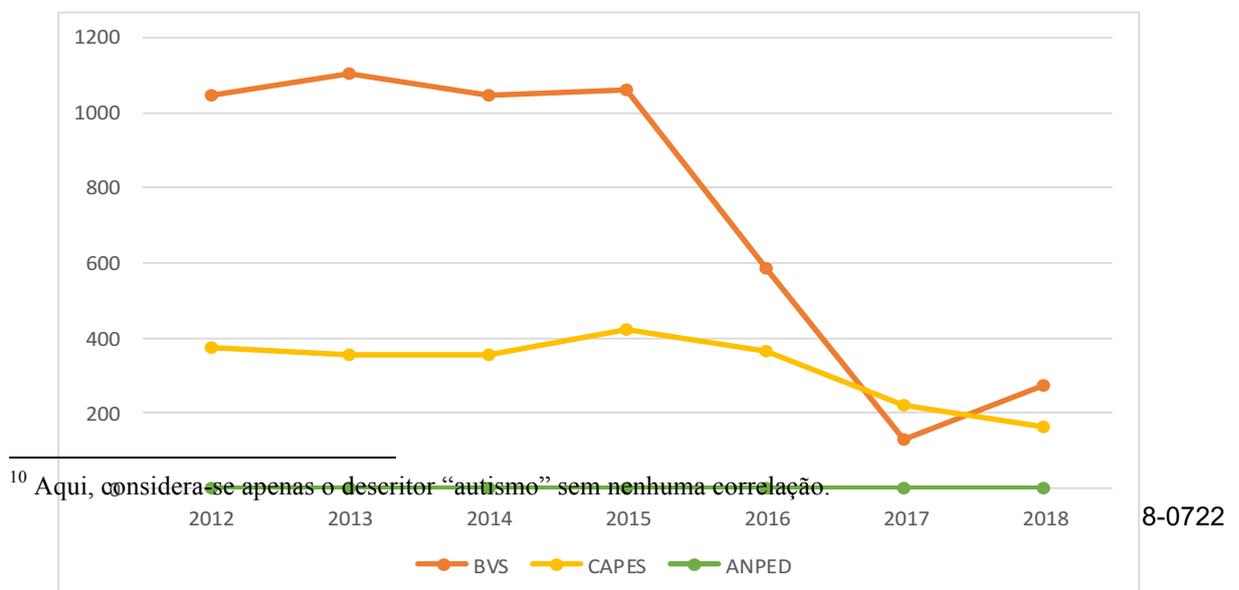




Gráfico: Publicações sobre o TEA no últimos cinco anos  
Fonte: Elaborado pela autora

Contudo, nesse estudo de revisão, correlacionando autismo e educação/inclusão/ensino foram encontrados cinco (5) artigos publicados em 2012, nove (9) em 2013, doze (12) em 2014, onze (11) em 2015, vinte e três (23) em 2016, quatro (4) em 2017 e seis (6) em 2018, demonstrando crescentes publicações a partir de 2013, manutenção em 2014/15, ápice em 2016 e redução em 2017 e 2018, dados estes que levantam os questionamentos: Os estudos sobre autismo se esgotaram? A realidade do autismo na escola modificou? Os professores se sentem preparados para a escolarização de autistas? As políticas públicas e educacionais abarcam todas as necessidades de inclusão do autista na escola?

A partir dos descritores selecionados, pôde-se observar que os estudos foram pautados, em sua maioria, na Educação Infantil e Ensino Fundamental 1 (1º ao 5º ano), e isso indica que algumas modificações estão sendo propostas para essa faixa etária e que estudos estão sendo realizados objetivando melhorias. Outrossim, não foram encontrados estudos sobre o autismo e o ensino superior, e muito menos sobre a formação integrada e emancipação para o autista. Esse cenário remete à necessidade de discutir sobre o adulto autista: quais são as políticas públicas vigentes, os direitos e benefícios que estão sendo engendrados para a pessoa com TEA? Que escola, em quaisquer níveis e modalidades de ensino, e quais bases educacionais estão previstas para a pessoa com TEA?

Muitas vezes a deficiência na idade adulta assume um patamar diferente, pois nessa fase da vida, os desafios são diferentes e a sociedade infere expectativas que muitas vezes não são alcançadas. As pesquisas ao excluírem estudos sobre o autismo e educação/inclusão/ensino na fase adulta reflete uma lacuna no processo inclusivo educacional do Brasil.



Os trabalhos científicos aqui descritos apresentam possibilidades e discussões importantes para essa adequação, principalmente no cenário do Ensino Infantil e Ensino Fundamental. Considerando as variadas características que o TEA apresenta, se torna proeminente o estudo e o conhecimento detalhado sobre as particularidades do transtorno e como galgar um espaço inclusivo, tanto na estrutura física, pedagógica, quanto na capacitação de docentes e servidores. Portanto, a partir dessa realidade, surge a pungente necessidade de pensar sobre a inclusão e o autismo e como tem sido construída essa relação na atualidade.

A deficiência só pode ser conceituada a partir da história social humana, pois remete a condição biopsicossocial do indivíduo e suas necessidades específicas. Conforme Domingos (2005, p. 24), a educação do aprendente com necessidade educacional especial só é possível se for específica para ele. Portanto, o papel da escola pode ser realizar intervenção capaz de proporcionar acesso ao conhecimento.

Da mesma forma que as diversas deficiências são caracterizadas por suas especificidades, o autismo é caracterizado por particularidades que necessitam de estratégias específicas e um sistema de apoio que possibilite a real inclusão social e escolar. Contudo, as políticas públicas de inclusão são recentes e em constante processo de reestruturação. Adequar a escola para um ensino inclusivo é um desafio, pois há necessidade de investimentos públicos e capacitação profissional. Contudo, é possível notar um empenho de muitos educadores e centros educacionais para o entendimento das particularidades de cada necessidade especial. Posto que nesse estudo de revisão muitos artigos apresentaram discussões sobre necessidade de adaptação do ambiente escolar, experiências de professores no acompanhamento de autistas, estratégias utilizando parceria com a saúde, protocolo de ensino, oficinas terapêuticas e discurso pedagógico, educação individualizada e participação em atividades e eventos dirigido pela criança, flexibilização de atividades, ações pedagógicas, utilização de comunicação alternativa, conquistas, adaptação de atividades e outros estudos corroboram para certificar que as pesquisas estão sendo realizadas para modificar a realidade do autista.



Ainda é necessário pautar estudos sobre o ensino integrado e emancipatório, pois pode criar condições para que o ser humano alcance a sua plenitude, pois é a partir de bases educacionais e curriculares, que se torna possível a emergência completa da potencialidade humana e a inclusão social de fato.

Portanto, é fundamental a implementação de políticas públicas permanentes para a formação continuada de docentes e demais profissionais da educação para atendimento dessa nova realidade educacional. Moura (2008), apresenta três eixos fundamentais para a formação docente: a formação didático-político-pedagógica, área de conhecimentos específicos e diálogo constante com a sociedade em geral e o mundo do trabalho. E esse é um tema que necessita emergir na investigação e na reflexão sobre como transformar as bases educacionais atuais para que todos possam ser beneficiados por um ensino transformador.

### **Considerações Finais**

O presente estudo permitiu identificar, nesses últimos cinco anos, uma realidade para o TEA em que, de um lado, o desenvolvimento de pesquisas pautadas na multidisciplinaridade na educação, e do outro, a inexistência de estudos sobre autismo e educação integral e emancipadora, o que remete a questionamentos sobre a realidade dos processos de inclusão educacional e as possibilidades de inserção desses estudantes no mundo do trabalho.

Os dados pesquisados levantam questionamentos sobre a realidade dos processos de inclusão educacional e as possibilidades de inserção desses estudantes no mundo do trabalho. É possível observar que o assunto é complexo e que remete o entendimento não apenas de currículo e práticas pedagógicas ajustadas às demandas dos estudantes autistas, mas sobretudo de estudos mais avançado sobre educação, neurociência e comportamento humano, buscando assim efetivar realmente uma educação integral.

O autismo apresenta-se como um transtorno de multifaces e exige dos professores e demais profissionais da educação o desenvolvimento de estudos mais detalhados, assim



como formação continuada e específica, pois a complexidade do transtorno do espectro do autismo causa dificuldades na prática educacional e o cumprimento do atendimento aos direitos previstos aos estudantes autistas, sobretudo a inclusão social de fato e a sua inserção no mundo do trabalho. Contudo, é necessário que as políticas públicas sejam efetivadas, que o olhar para as necessidades específicas sejam uma realidade e que haja investimentos financeiros e de qualidade social para transformar a educação do país.

A emancipação do ser humano só é possível se houver uma reestruturação do ensino, que atenda ao mesmo tempo os profissionais da educação e os estudantes. De forma a capacitar professores, educadores e a efetivar uma educação com metodologia que possibilite a contribuição de múltiplas áreas do conhecimento para o autista.

Muito há que se refletir sobre esse assunto e esse estudo é apenas um passo para levantar a necessidade de ampliar mais pesquisas, não apenas teóricas, mas também práticas, objetivando sim, alcançar o ensino pleno.

### **Agradecimentos**

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG).

### **Referências**

APA - American Psychiatric Association. Transtorno do espectro autista. In: **DSM-5 - Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders**, tradução Maria Inês Corrêa Nascimento (et al). 5ª edição. Porto alegre: Artmed. 2014.

BAPTISTA, C. R; Bosa, C. (Org). **Autismo e educação: reflexões e propostas de intervenção**. Porto Alegre: Artmed. 2002;

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. 2012 Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm). Acesso em 20 de out. 2017.

CHRISTENSEN, D. L.; BAILO, J; BRAUN, K. V. (et al). **Prevalence and Characteristics of Autism Spectrum Disorder Among Children Aged 8 Years** — Autism and Developmental



Disabilities Monitoring Network, 11 Sites, United States, 2012. MMWR Surveill Summ 2016;65 (No. SS-3) (No. SS-3):1–23. Page last reviewed: June 21, 2017. Disponível em: <<https://www.cdc.gov/mmwr/volumes/65/ss/ss6503a1.htm>>. Acesso em 02 out. 2017.

ClAVATTA, M. **A formação integrada:** a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: Trabalho Necessário, ano 3, v. 3, 2005. Disponível em: <[http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN\\_03/TN3\\_CIAVATTA.pdf](http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN_03/TN3_CIAVATTA.pdf)>. Acesso em 28 de nov. de 2017.

CUNHA, E. **Autismo na escola:** um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar – ideias e práticas pedagógicas. 2ª edição. Rio e Janeiro: Wak Editora. 2013.

DOMINGOS, M. A. A escola como espaço de inclusão: sentidos e significados produzidos por alunos e professores no cotidiano de uma escola do sistema regular de ensino a partir da inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais. **Dissertação.** Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2005

MOURA, D. H. A formação de docentes para educação profissional e tecnológica. In: **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1 n. 1, junho, 2008. Disponível em: [portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/ver\\_brasileira.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/ver_brasileira.pdf). Acesso em 28 de novembro de 2017.

RAMOS, M. Concepção do ensino médio integrado. In: **Seminário sobre Ensino Médio.** Superintendência de Ensino Médio da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, Mossoró, 14 a 16 de agosto de 2017. Secretaria de Educação do Paraná, incorporado o Debate realizado no Seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará entre 08 e 09 de maio de 2008. Disponível em: <<https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio--integrado-marise-ramos1.pdf>>. Acesso em 28 nov. 2017.

ANA, W. P. S.ª; SANTOS, C. S. A Lei Berenice Piana e o direito à educação dos indivíduos com Transtorno do Espectro Autista no Brasil. In: **Revista Temporis** [ação], v.15, n.2, jul./dez., p.99-114. 2015.